



UNESCO Brasilia Office
Representação da UNESCO no Brasil

A Defesa da Liberdade de Imprensa no Brasil

Nelson Sirotsky
Presidente da Associação Nacional de Jornais – ANJ

Brasília
2005

Artigo publicado, em 01 de março de 2005, no Observatório da Sociedade da Informação, de responsabilidade do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil.

© UNESCO, 2005
BR/2005/PI/H/32

O autor é responsável pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos nesta publicação e pelas opiniões aqui expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização. As designações empregadas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião que seja, por parte da UNESCO, no que diz respeito ao status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou no que diz respeito à delimitação de suas fronteiras ou de seus limites.

A defesa da liberdade de imprensa no Brasil

** Discurso proferido na ocasião do lançamento da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa*

Nelson Sirotsky, Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ)

A defesa intransigente da liberdade de imprensa é um compromisso histórico e fundamental da Associação Nacional de Jornais, assumido desde sua fundação. E nem poderia ser diferente. Para nós, que temos o honroso papel de informar diariamente o País, a liberdade é um elemento vital, sem o qual fica definitivamente comprometido o sentido da nossa atividade. Sem a liberdade de informação e opinião, fica comprometida a democracia e todas as instituições dela derivadas.



Por isto, é com grande alegria e satisfação que a ANJ se une à UNESCO neste lançamento da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa e abre esta série de encontros regionais com o objetivo de debater o tema e disseminar sua importância.

Desde 1997 a ANJ mantém seu Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, com o objetivo de desenvolver ações para garantir a liberdade de informação e opinião no Brasil e denunciar qualquer tipo de ameaça ao livre exercício da nossa atividade. Este Programa é hoje uma referência nacional e internacional, com relatórios anuais que denunciam violações praticadas contra este princípio constitucionalmente consagrado, contra seus profissionais e os veículos de comunicação. Temos sido, portanto, durante todos esses anos, os porta-vozes diante do resto do mundo de tudo aquilo que diga respeito à liberdade de imprensa no Brasil.

Somos também signatários da Declaração de Chapultepec, compromisso da Sociedade Interamericana de Imprensa em favor da liberdade, e estamos associados à World Association of Newspapers em todas as ações em defesa da livre expressão no mundo.

Na nossa visão, o conceito de liberdade está inteiramente relacionado à ética. Acreditamos que a valorização da liberdade de imprensa tem seus fundamentos no exercício ético da atividade. Por isto a ANJ faz de seu Código de Ética um verdadeiro roteiro para a defesa permanente da liberdade. Os jornais brasileiros, à luz deste código, têm o compromisso incondicional de:

- Manter a sua independência;
- Sustentar a liberdade de expressão, o funcionamento sem restrições da imprensa e o livre exercício da profissão;
- Apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses;
- Defender os direitos do ser humano, os valores da democracia representativa e a livre iniciativa;
- Assegurar o acesso de seus leitores às diferentes versões dos fatos e às diversas tendências de opinião da sociedade;
- Garantir a publicação de contestações objetivas das pessoas ou organizações acusadas, em suas páginas, de atos ilícitos ou comportamentos condenáveis;
- Preservar o sigilo de suas fontes; e
- Respeitar o direito de cada indivíduo à sua privacidade, salvo quando esse direito constituir obstáculo à informação de interesse público.

É fundamental registrar que todo este nosso ideário de defesa da liberdade não é meramente formal, mas um indicativo de ações bem concretas e efetivas. Foi assim, por exemplo, que a ANJ assumiu ano passado uma postura vigorosa contra a criação do Conselho Federal de Jornalismo, uma iniciativa equivocada do governo e que o Congresso, muito oportunamente, teve a sabedoria de arquivar.

Exatamente porque pretendemos estar sempre atentos em defesa da liberdade de imprensa é que lançamos hoje esta Rede com a UNESCO e abrimos esta série de eventos dedicados ao tema.

Na nossa visão, a liberdade de imprensa é um bem da sociedade, antes mesmo de ser um direito dos profissionais e das empresas ligadas a essa atividade.

Com a Rede, a ANJ e a UNESCO querem sensibilizar a opinião pública para o tema e mobilizar os profissionais da imprensa em todo o País para a compreensão da importância da união em torno da defesa deste sagrado princípio. A estrutura da Rede está baseada no nosso Programa de Defesa da Liberdade de imprensa e terá como filosofia de trabalho a defesa do direito da sociedade de ser informada e de exercer plenamente a sua cidadania, além do exercício do jornalismo sem nenhum tipo de entrave ou ameaça.

Posso aqui destacar as linhas mestras da Rede:

- Trocar informações e cooperar em favor da liberdade de imprensa no Brasil;
- Acompanhar tudo o que diga respeito à liberdade de imprensa no Brasil e manter contato com entidades congêneres em todo o País e no exterior;
- Promover iniciativas – como os eventos regionais iniciados hoje – que destaquem a importância da liberdade de imprensa para a democracia e as liberdades coletivas e individuais;
- Agir contra a impunidade nos casos praticados contra profissionais no exercício da profissão e veículos de comunicação no Brasil;
- Elaborar relatório anual sobre a liberdade de imprensa e sobre a atuação da Rede;
- Acompanhar o surgimento e andamento de iniciativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de setores da sociedade que representem qualquer tipo de ameaça à liberdade de imprensa.

Em relação a esta última diretriz, vale lembrar que a ANJ acompanha com apreensão o grande número de projetos que tramitam no Congresso Nacional que podem interferir na liberdade de imprensa. É inadmissível que, em pleno estado

democrático de direito, alguns ainda possam querer interferir nas liberdades de expressão e imprensa, conquistas que não são de jornalistas ou de veículos de comunicação social, mas de toda a sociedade brasileira.

Também consideramos oportuno externar nossa preocupação com a verdadeira indústria do dano moral, que sem limites busca impor condenações absurdas a empresas e jornalistas, em processos relacionados com matérias publicadas, ou divulgadas, pelos meios de comunicação. Não podemos aceitar que, a título de reparar pessoas que se julgam ofendidas, os meios de comunicação acabem, na prática, sofrendo um novo tipo de censura. Estas indenizações milionárias inibem a imprensa livre, disseminam a autocensura, vergam economicamente os veículos mais frágeis e promovem o enriquecimento de alguns poucos. Mesmo que a Constituição proíba a censura prévia, não raro sentenças judiciais determinam a não divulgação de fatos, ainda que eles circulem pela Internet e por outros meios de comunicação.

Ameaças como essas serão sempre combatidas pela ANJ.

Só em um ambiente de completa liberdade, sem constrangimentos de ordem comercial, política ou ideológica é que o jornalismo pode dar sua parcela fundamental de contribuição para a construção da cidadania.

E cidadania é uma palavra-chave no jornalismo.

Defendemos um jornalismo cada vez mais vinculado aos interesses objetivos do cidadão, um jornalismo cívico, que hoje já parece ser uma tendência da imprensa brasileira, seguindo mesmo uma tendência mundial. É aquele que pretende não apenas denunciar problemas mas apontar soluções, e motivar e mobilizar a sociedade na busca dessas soluções.

Esse jornalismo quer informar os cidadãos dos seus direitos e deveres, fiscalizar as ações dos administradores públicos e tudo aquilo que afeta a comunidade. É aberto às reivindicações e demandas da sociedade e permanentemente preocupado em buscar total sintonia com sua realidade.

Junto com a valorização do jornal como instrumento de construção da cidadania, a defesa da liberdade de imprensa e o fortalecimento do meio jornal

perante o mercado são os três grandes objetivos da ANJ para os próximos dois anos.

Outro aspecto que não poderia me furtar de mencionar, pois está intimamente ligado à defesa da liberdade de imprensa, é o direito de acesso à informação pública. Trata-se de um direito elementar do cidadão nos regimes democráticos, mas que, muitas vezes, é desconsiderado pelos governos.

Se pretendemos construir e consolidar a democracia em nosso País, como de fato estamos fazendo, é essencial que as autoridades tenham consciência do dever de informar à sociedade sobre seus atos, de divulgar toda e qualquer informação gerada pelo setor público, respeitados os sigilos estabelecidos em lei.

Estou certo que esses temas aqui expostos, entre tantos outros relacionados à defesa da liberdade de imprensa, serão objeto das palestras e debates dos encontros regionais que marcarão o lançamento da nossa Rede. Além da visão dos profissionais do jornalismo, da UNESCO e da ANJ, teremos a presença de representantes do meio jurídico brasileiro, que seguramente oferecerão contribuições valiosas a partir das suas experiências e conhecimento.

Depois do evento de hoje, em São Paulo, os encontros para lançamento da Rede acontecerão em Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília, dentro da estratégia de disseminar em todo o País os objetivos em favor da liberdade de imprensa.

Queremos que a Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa seja uma ferramenta de cidadania. Por meio do seu site – www.liberdadedeimprensa.org.br – ela está aberta a todos que queiram buscar informações, opinar, contribuir, criticar. Enfim, é um espaço público por natureza, dado o seu compromisso total com a promoção da liberdade.

Quero aqui agradecer com entusiasmo a adesão da UNESCO, na pessoa do seu representante no Brasil, Jorge Werthein, a este projeto. É uma parceria que muita nos honra e estimula. Juntas, ANJ e UNESCO, darão uma contribuição efetiva para a sociedade brasileira.

Quero agradecer também a todos nossos jornais associados, que estão totalmente engajados no processo, e que serão de grande valia na divulgação dos objetivos da Rede.

Todos sabemos do mal que causou ao Brasil os períodos de obscurantismo que atravessamos, quando a liberdade de imprensa foi sacrificada. São tempos que ficaram para trás. Acreditamos que definitivamente para trás.

O futuro nos pertence e depende da nossa vigilância e do nosso empenho em construí-lo num ambiente verdadeiramente democrático. É para isto que veio a Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa. Que ela seja de fato um instrumento de construção de um País melhor, mais próspero e justo.